



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



**LIMITES E OPORTUNIDADES PARA OS AGRICULTORES
FAMILIARES INTEGRANTES DE EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO ASSENTAMENTO ANTÔNIO
CONSELHEIRO EM TANGARÁ DA SERRA – MT**

GILMAR LAFORGA; ADRIANA VANDERLEI POMMER;

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

TANGARÁ DA SERRA - MT - BRASIL

gilmar.laforga@gmail.com

APRESENTAÇÃO ORAL

Instituições e Desenvolvimento Social no Agronegócio

**Limites e Oportunidades para os agricultores familiares integrantes de
Empreendimentos Econômicos Solidários no Assentamento Antônio
Conselheiro em Tangará da Serra – MT**

Grupo de Pesquisa 8 – Instituições e Desenvolvimento Social no Agronegócio

Resumo

Esta pesquisa identificou os limites e oportunidades para os agricultores familiares integrantes dos Empreendimentos situados no campo da Economia Solidária (EES), a partir do estudo das ações incubadoras realizadas no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra/MT. Inicialmente foram realizadas visitas aos agricultores envolvidos nos empreendimentos, no sentido de melhor conhecer o processo de incubação ali realizado. A seguir, foram desenvolvidos esforços para tentar compreender as dificuldades e oportunidades percebidas pelos integrantes dos empreendimentos, o significado particular da economia solidária e da incubação. Entre as oportunidades apontadas destacam-se: a geração de trabalho e renda, a conquista de mercado para seus produtos e a maior qualificação profissional. Quanto às limitações, o grupo estudado respondeu ter dificuldades na produção, pouco tempo para se dedicar ao empreendimento, e que a renda gerada pelo EES não é suficiente para suprir as necessidades básicas das famílias envolvidas. Os resultados deste projeto de pesquisa possibilitaram o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

incubação dos EES de Tangará da Serra - MT, gerando um maior e melhor conhecimento da realidade em um empreendimento econômico solidário.

Palavras-Chaves: Empreendimentos de Economia Solidária, Agricultura Familiar, Limitações, Oportunidades, Incubação.

Abstract

This research identified the limits and opportunities for the integral family farmers of the located Enterprises in the field of the Solidary Economy (EES), starting from the study of the actions incubators accomplished in the establishment Antônio Conselheiro, Tangará da Serra/MT. Initially visits were accomplished the farmers involved in the enterprises, in the best sense to know the incubation process there accomplished. To proceed, efforts were developed to try to understand the difficulties and opportunities noticed by the members of the enterprises, the meaning peculiar of the solidary economy and of the incubation. Enter the pointed opportunities stand out: the work generation and income, the market conquest for their products and the largest professional qualification. As for the limitations, did the studied group answer to have difficulties in the production, little time to dedicate to the enterprise and what done the income generate by EES it is not enough to supply the basic needs of the involved families. The results of this research project made possible the development and improvement of the methods and techniques of incubation of EES of Tangara da Serra - MT. Like this generating an adult and better knowledge of the reality in a solidary economical enterprise.

Key Words: Enterprises of Solidary Economy, Family Agriculture, Limitations, Opportunities, Incubation.

1 INTRODUÇÃO

O Estatuto da Terra, em seu artigo 4º, § 2º, define a propriedade familiar como aquela que “direta e pessoalmente explorada pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1964).

Portanto, entende-se que o elemento chave para definir os produtores familiares é produzir com base na mão de obra familiar, de forma que são pertencentes a família (grupo com laços de sangue ou de casamento) desde a gestão da unidade produtiva até a propriedade dos meios de produção.

Segundo estudos do INCRA/FAO (2000), a área média dos estabelecimentos familiares é muito inferior aos patronais, sendo de 26 ha, enquanto que a patronal é de 433 ha. Porém, com apenas 30,5% da área e contando somente com 25% do financiamento total, os estabelecimentos familiares são responsáveis por 37,9% de toda a produção nacional.

Isso evidencia a importância da agricultura familiar enquanto produtora de alimentos, na geração de emprego e renda, apesar das dificuldades para a transformação



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



e beneficiamento dos produtos agrícolas dos estabelecimentos familiares, e da difícil inserção desses produtos no mercado.

Desse modo, na agricultura familiar a necessidade de criação de formas alternativas de produção, de trabalho e renda se tornou uma realidade. A implantação da Economia Solidária aparece como uma alternativa, que passa a se expressar em empreendimentos, assumindo formato de cooperativas, redes e outras formas de associação para produção e/ou aquisição de produtos e serviços (LAFORGA, 2005). Por isso, a prática de processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários já se desenvolve por todo Brasil, inclusive no município de Tangará da Serra – MT, pelo núcleo de incubação da Universidade do Estado de Mato Grosso – NECOMT/UNEMAT.

Um convênio celebrado entre UNEMAT e a UNITRABALHO (Convênio Número 01.04.0527.00) implantou incubadoras de EES em cinco campi universitários da UNEMAT, a saber: Cáceres, Barra do Bugres, Tangará da Serra, Sinop e Colider. O que deu origem a um projeto de pesquisa intitulado “*Desenvolvimento de métodos e técnicas de incubação de empreendimentos econômicos solidários em Mato Grosso*”. O objetivo foi analisar e propor, na perspectiva de pesquisa-ação, métodos e técnicas de incubação de EES através dos núcleos de incubação criados em cinco campi da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

Do projeto acima citado é que surge o trabalho ora apresentado. Pois, há necessidade de conhecimento sobre as dificuldades enfrentadas pelos EES na agricultura familiar. Mas não só conhecer, como também entender as limitações desses grupos se torna fundamental, para que a incubação possa realmente prepará-los para a conquista de autonomia e para a inserção de seus produtos no mercado.

Esta pesquisa foi realizada no Assentamento Antônio Conselheiro, 33 km de Tangará da Serra – MT, e também envolve os municípios de Nova Olímpia e Barra do Bugres. No presente trabalho, limitou-se os estudos aos EES situados na parte tangaraense do assentamento. A área territorial do assentamento, aproximadamente 38.335 ha, está distribuída em 36 núcleos sociais denominados agrovilas, uma comunidade composta por quarenta lotes, chamada Serra dos Palmares, e outra com doze lotes, conhecida como Irrigação.

A execução desta pesquisa envolveu as famílias dos agricultores participantes de dois empreendimentos econômicos que estão sendo desenvolvidos no Assentamento Antonio Conselheiro. Sendo eles: Farinheira da Comunidade Serra dos Palmares e, Rede de Produção e Consumo Solidário. A seguir uma breve descrição sobre cada um dos EES citados.

- Farinheira da Comunidade Serra dos Palmares:

A Comunidade Serra dos Palmares, antes denominada de 40 lotes, está situada na divisa interna com a reserva legal do Assentamento Antônio Conselheiro. É composta de trabalhadores rurais que têm um histórico de luta pelo acesso a terra de nove anos, desde o acampamento às margens da rodovia MT-358 no município de Nova Olímpia-MT até a implantação do Assentamento Antonio Conselheiro, que já tem cinco anos. Nesta Comunidade a cultura principal é a mandioca. Os assentados comercializam o produto na feira do produtor em Tangará da Serra ou vendem para atravessadores.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Estudos desenvolvidos por Carvalho e Mattos (2005) apontaram para a possibilidade de se desenvolver um projeto de agroindustrialização da mandioca nessa comunidade, em virtude de existir no local uma experiência no processamento artesanal desta matéria prima (um grupo de três famílias que industrializam a mandioca esporadicamente, produzindo farinha e polvilho de forma artesanal) e do interesse coletivo nesse tipo de empreendimento.

Os agricultores pretendem se organizar coletivamente, produzindo a mandioca de forma orgânica e industrializando a matéria prima de forma coletiva na farinha artesanal. Visando assim uma melhor remuneração do produto e resgatar os valores de cooperação desenvolvidos durante o período de acampamento.

- Rede de Produção e Consumo Solidário:

Uma Rede de Economia Solidária integra grupos de consumidores, comércio, produção e serviço. Os consumidores dão preferência aos produtos da economia solidária, os empreendimentos vendem toda a sua produção, e com isso geram excedentes que são reinvestidos de maneira solidária.

A Rede de Produção e Consumo do Assentamento Antônio Conselheiro foi estabelecida a partir da parceria entre os assentados (agricultores familiares) e os professores da Unemat de Tangará da Serra. Compreende a comercialização de produtos agroecológicos, produzidos pelas famílias assentadas, diretamente aos consumidores de modo a evitar a figura de atravessadores que, em geral, onera o custo dos produtos.

As famílias fornecem vários produtos em uma cesta, e as entregas são feitas quinzenalmente (nas sextas feiras) na residência dos consumidores. O pagamento é feito a vista no momento da entrega, assim como os novos pedidos através de uma lista disponibilizada ao consumidor com descrição, quantidade e preço dos produtos. Em seguida os pedidos são repassados para os produtores, que se programam para atender a próxima demanda.

As cestas são montadas através da coleta dos produtos nas propriedades. No dia da entrega os produtores devem estar com os produtos organizados de forma a facilitar o seu recolhimento, bem como a futura entrega ao consumidor.

Nos dois grupos apresentados investigamos o que os agricultores integrantes de EES percebem sobre a realidade da participação no grupo, visando, com isso, detectar as oportunidades assim como as limitações e dificuldades existentes para os participantes durante a criação e desenvolvimento do empreendimento.

Segundo Moura (2002), entre os autores que hoje tecem a Economia Solidária percebe-se visões distintas, uns vêem as cooperativas e outras formas associativas de produção e consumo como um meio de minimizar o problema do desemprego e da exclusão social. Outros estão revendo a questão da produção, em moldes diferenciados daqueles consagrados pela economia capitalista, incluindo como referentes, além da solidariedade e da cooperação, o foco nas necessidades e na reprodução da vida. Dentro deste contexto, a Economia Solidária têm se mostrado como uma importante alternativa para garantir postos de trabalho e contribuir para a construção da cidadania.

Portanto, diante de tantas opiniões diferentes, desenvolver um método de incubação que possibilite o “sucesso” dos empreendimentos econômicos solidários se torna um desafio... *“A universidade pode cumprir um papel importante nesse processo,*



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



revedo e elaborando referências teóricas e contribuindo com experiências concretas.” (MOURA, 2002 p. 05).

Na execução desta pesquisa tivemos o objetivo de analisar quais são as principais limitações e oportunidades percebidas pelos agricultores familiares dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra – MT. Também verificamos como os trabalhadores reagem ao processo de incubação, buscando prováveis deficiências no processo que afetem diretamente os integrantes dos empreendimentos.

É preciso ressaltar que, segundo Gaiger (2002), jamais devemos desconhecer a diversidade de situações em que as experiências de empreendimentos econômicos se originam e devem ser compreendidas. Pois, só assim, teremos condições de sustentar as mudanças mais profundas e de provocar reflexos duráveis nas políticas públicas e nas relações de força que definem os caminhos da sociedade.

Destes pressupostos, percebe-se a necessidade do desenvolvimento desta pesquisa. Pois, os agricultores dos EES deparam-se com limitações, que se conhecidas e estudadas permitem a superação das mesmas. Não esquecendo ainda, que verificando as oportunidades existentes dentro dos EES podemos aproveitá-las dentro do processo de incubação.

No campo metodológico, essa pesquisa foi efetivada através de levantamento bibliográfico e digital, e também através de levantamento “in loco” (pesquisa de campo) buscando dados concretos sobre o tema, ora proposto. Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, este método consiste no conjunto de etapas a serem vivenciadas na observação e no raciocínio indutivo¹ e dedutivo², se dirigindo ao pensar e as ações na investigação da realidade do grupo, objetivando coletar sistematicamente dados sobre determinado problema. Voltando esta metodologia para a compreensão geral dos motivos, valores e crenças dos sujeitos (fatos) pesquisados. (RICHARDSON, 1999; LAKATOS, 2001; HAGUETE, 1999)

Para conhecer realmente um objeto é preciso estudá-lo em todos os seus aspectos, em todas as suas relações e em todas as suas conexões. Assim, no desenvolvimento deste projeto empregamos ainda a observação participante, estabelecida através da participação dos pesquisadores dentro dos grupos observados, compartilhando os papéis e os hábitos dos mesmos, estando assim em condições reais de observar fatos, situações e comportamentos que não ocorreriam ou que seriam alterados na presença de estranhos. (RICHARDSON, 1999; HAGUETE, 1999)

Richardson (1999) comenta que a observação participante é o exame minucioso ou a mirada atenta sobre um fenômeno no seu todo ou em algumas de suas partes, é a captação precisa do objeto examinado.

Sendo assim, para alcançar os objetivos pré-estabelecidos, foram realizadas visitas aos empreendimentos que já se encontram dentro do processo de incubação, sendo eles: Farinheira da Comunidade Serra dos Palmares e Rede de Produção e

¹ Indução é um processo por intermédio do qual, partindo de dados constatados, infere-se uma verdade geral, não contida nas partes examinadas, leva a conclusões de conteúdo amplo.

² A dedução torna explícitas verdades particulares contidas em verdades universais, constrói uma lógica entre premissas e conclusão.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Consumo Solidário. Visitando-os com a finalidade de conviver e conversar com seus integrantes, buscando maiores informações sobre a real situação do empreendimento e da incubação.

Após haver uma aproximação com os sujeitos dessa pesquisa, foram realizadas entrevistas não estruturadas por meio de uma conversação guiada. Neste tipo de entrevista, também chamada de entrevista em profundidade, o entrevistado não responde a perguntas com alternativas pré-formuladas, mas sim se obtém do entrevistado o que ele considera mais relevante de determinado problema, ou seja, as suas descrições da situação em estudo. Segundo Richardson (1999), a entrevista não estruturada procura saber que, como e por que algo ocorre, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências, nas quais o pesquisador acredita. Essas entrevistas foram utilizadas como instrumento para a coleta de dados, formulação de relatórios e análise de resultados.

Além disso, o embasamento bibliográfico traz informações referentes a Economia Solidária e, sobre as dificuldades e limitações apresentadas aos integrantes de um empreendimento solidário, bem como as possibilidades de superações das mesmas. Localizando ainda, a opinião dos autores a respeito das oportunidades existentes para os que participam dos empreendimentos solidários.

Como descrito, após o debate teórico acerca da economia solidária, tecemos uma discussão sobre o material encontrado e a seguir as considerações finais.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária e seus empreendimentos têm como proposta oferecer alternativas de geração de trabalho, renda e produção para uma importante parcela da população que se vê excluída.

Com o aumento da miséria, do desemprego e da exclusão social, alguns (teóricos, operários e agricultores) se reúnem para tentar mostrar que pode existir uma força capaz de organizar um empreendimento permitindo a sua sustentabilidade e competitividade no mercado, assegurando a inclusão social e econômica, essa força é a *solidariedade*.

O conceito de Economia Solidária gira em torno desta “força”, sendo a solidariedade um elo social voluntário que une os cidadãos livres e iguais os voltando para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos. Derrubando assim o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão das economias capitalistas.

Ou seja, diante dos grandes desafios na busca de emprego no mundo do trabalho, cria-se um modelo de organização em que o relacionamento e as atividades econômicas combinam propriedade e/ou controle efetivo dos meios de produção com participação democrática da gestão (PONTES; OSTERNE, 2004).

A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Assim, ela vem a ser um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda, e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana. (PONTES; OSTERNE, 2004).

Mas a Economia Solidária não deve ser considerada a única opção de sobrevivência das camadas mais pobres e excluídas das classes trabalhadoras. Realmente existe muita solidariedade e ajuda mútua entre os mais pobres, pois é essencial à sua sobrevivência. Mas esta solidariedade pode se limitar aos mais próximos, com os quais a pessoa se identifica. Por isso muitos deles internalizam os valores do individualismo que fundamentam a instituição do capitalismo.

É importante lembrarmos a visão de Gaiger (2002) sobre o tema, para o qual a Economia Solidária guarda semelhanças com a economia camponesa. Em primeiro lugar, porque as “relações sociais de produção desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários são distintas da forma assalariada. Muito embora, também aqui, os formatos jurídicos e os graus de inovação no conteúdo das relações sejam variáveis e sujeitos à reversão, as práticas de autogestão e de cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular, pois modificam o princípio e a extração do trabalho excedente. Assim, aquelas práticas: a) funcionam com base na propriedade social dos meios de produção, vedando a apropriação individual desses meios ou na sua alienação particular; b) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos; c) a gestão do empreendimento esta presa à comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido. Em suma, há uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção. De outra parte, o solidarismo mostra-se capaz de converter-se no elemento básico de uma nova racionalidade econômica, apta a sustentar os empreendimentos através de resultados materiais efetivos e de ganhos extra-econômicos”.

Portanto, a Economia Solidária aparece como uma proposta para a geração de trabalho e renda para os milhões de trabalhadores excluídos, compromissada em contribuir com o desenvolvimento sustentável. Colocando aos trabalhadores uma situação totalmente diferente da relação tradicional, pois passam a assumir responsabilidade total, não individual, mas coletiva, pelo empreendimento. Trabalhadoras e trabalhadores passam, por todos os pontos de vista, a serem participantes ativos, com poder e responsabilidade.

Singer (1999) define Economia Solidária com sendo um conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizadas por princípios solidários, espalhadas por diversas regiões do país e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, e diversas organizações populares urbanas e rurais.

Segundo Euclides Mance (2003), o tema *Economia Solidária* abarca significados diferentes, a depender da prática enfocada, não havendo um consenso. Está vinculado a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, promoção e desenvolvimento humano. De certo modo, esses aspectos



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



compõem uma certa unidade, um campo comum de significação, mas nem sempre todas essas características estão presentes nas diversas práticas de Economia Solidária.

Dentre as diversas práticas de Economia Solidária que poderíamos citar, neste estudo nos limitaremos a descrever dois pontos básicos de um EES: a cooperação e a autogestão.

2.1 Cooperação

A questão do cooperativismo enquanto uma alternativa à empresa capitalista não é recente. Surgiu no início do século XIX, mas não se desenvolveu com grande força dentro da sociedade de então. Muitas empresas fecharam, muitas perderam suas características ideológicas e filosóficas, principalmente de autogestão, democracia interna e autonomia, tornando-se semelhantes às empresas capitalistas onde a subordinação das relações de trabalho é uma característica marcante e a cultura é fortemente enraizada na relação de subalternidade. Assim, descaracterizou-se o sentido pleno da organização cooperativista, passando a prevalecer o domínio de pessoas ou determinados grupos no interior das cooperativas. Somente a partir dos anos 80, surgem novas cooperativas com uma nova conotação, dentro do conceito de Empreendimento Econômico Solidário – EES (EID; GALLO, 2001).

Uma Cooperativa é uma sociedade de natureza civil, formada por no mínimo 20 pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns e cujos aspectos legais e doutrinários são distintos das outras sociedades. Fundamenta-se na Economia Solidária e se propõe a obter um desempenho eficiente, através da qualidade e da valoração dos serviços que presta a seus próprios associados e usuários. Destaque-se que estas pessoas se unem voluntariamente para satisfazer necessidades, aspirações e interesses econômicos, por intermédio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerida, com o objetivo de prestar serviços aos seus sócios, sem fins lucrativos. (PONTES; OSTERNE, 2004).

A cooperativa é ao mesmo tempo, uma associação de pessoas e também um negócio. Objetivando assim o desenvolvimento do ser humano, das famílias e da comunidade. Buscando satisfazer não somente a necessidade de consumo por um bem ou serviço, mas também a necessidade social e educativa.

Cabe citarmos, que o cooperativismo parte dos princípios de adesão voluntária e livre, e de gestão democrática. Sendo organizações abertas à participação de todos, e onde os cooperantes, reunidos em assembleia, discutem e votam os objetivos e metas do trabalho conjunto, bem como elegem os representantes que irão administrar a sociedade.

Pontes e Osterne et al. (2004), comentam que os principais fundamentos da cooperação são:

- Humanismo – valorização do homem pelo que ele é e não pelo que tem.
- Liberdade – autodeterminação do ser, inclusive para a cooperação.
- Democracia – cada pessoa um voto e decisão pela maioria.
- Participação – uma exigência da vida cooperativa.
- Responsabilidade – todos respondem pelas decisões.
- Solidariedade – um por todos, todos por um.
- Justiça social – a cada um conforme a sua participação.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Quanto à mortalidade das cooperativas comparativamente às microempresas, Farid Eid cita dados da Junta Comercial do Rio de Janeiro, que nos anos 1996-98, mostram que enquanto 47% das microempresas fecham as portas antes de completar o segundo ano de vida, nas cooperativas a taxa registrada ficou em cerca de 3%.

2.2 Autogestão

Entende-se por autogestão o conjunto de práticas sociais que se caracterizam pela natureza democrática das tomadas de decisão que irão propiciar a autonomia da unidade doméstica ou do seu conjunto (coletivo).

O processo de construção de uma Economia Solidária através da autogestão pode se tornar um modelo alternativo de administração, onde as decisões e o controle do empreendimento coletivo são exercidos pelos próprios trabalhadores, sendo vitais a confiança e ajuda mútua. Garantindo não só postos de trabalho, mas também contribuindo na construção da cidadania.

A principal diferença entre empreendimentos autogeridos e empresas capitalistas reside de que nos primeiros, a preservação dos postos de trabalho é prioridade em relação à busca do excedente econômico crescente enquanto objetivo único. Entende-se que se a maximização do excedente não é o motor do empreendimento, este deve servir à sobrevivência e ao desenvolvimento do empreendimento coletivo dos que nela trabalham. Os trabalhadores-gestores se dispõem a fazer sacrifícios, eventualmente, abrindo mão de rendimentos mais elevados, para que todos possam continuar trabalhando. (EID; GALLO, 2001).

Dessa forma não existe autogestão sem um engajamento efetivo de todo o coletivo, apenas a vontade sincera do grupo não garante nada. Todos precisam estar atualizados com relação às questões de produção, administrativa e comerciais, buscando implementar qualquer idéia nova e útil para tornar o empreendimento mais eficiente e apto a sobreviver no mercado.

Na autogestão o lucro não é o motor do empreendimento, mas deve servir à sobrevivência e ao desenvolvimento da empresa no sentido de servir àqueles que nelas trabalham. Os processos de decisão devem ser democráticos e descentralizados, ocorrendo assim a participação direta dos agentes sociais implicados.

Infelizmente a adaptação do trabalhador à autogestão envolve grandes dificuldades: adequação à cultura e história específica do grupo; o envolvimento total com o trabalho, tanto no sentido técnico da execução de uma tarefa, como na gestão da organização (políticas financeiras, comerciais e administrativas); e crítica, na superação de uma formação autoritária e burocrática firmada pelo meio social em que vivemos.

É preciso dotar a autogestão de grande criatividade e eficiência para que o empreendimento consiga superar os óbices que ameaçam sua existência, o que não é fácil dada a inexperiência gerencial dos trabalhadores (SINGER, 1999).

2.3 Empreendimentos econômicos solidários

O empreendimento solidário pode ser descrito como uma forma de expressão da Economia Solidária que pode assumir um formato de cooperativa, empresa autogestionária, rede e outras formas de associação para produção de bens ou prestação de serviços.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Os EES são definidos por Gaiger (1999) como sendo organizações coletivas de trabalhadores voltados para a geração de trabalho e renda, regidos, idealmente, por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Onde os setores populares desenvolvem suas atividades produtivas, cujo objetivo não é, prioritariamente, a acumulação de capital, mas a sobrevivência de quem neles trabalha.

Podemos entender os EES como expressão de uma forma social de produção específica, contraposta à forma típica do capitalismo e, no entanto, com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista. A economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, no melhor dos casos as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista.

Para assegurar sua reprodução, os empreendimentos solidários precisam lidar adaptativamente com as externalidades capitalistas. As tentativas de romper o círculo, ao entrarem em contato, reforçam-se moral e politicamente, mas carecem por hora de práticas efetivas de intercâmbio econômico, tanto mais quando envolvem segmentos e atores sociais diferentes (GAIGER, 2002).

Gaiger cita também que nas condições atuais, os EES experimentam uma dupla subsunção à economia capitalista: de um lado, estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e às regras de intercâmbio impostas ao conjunto dos agentes econômicos, de conteúdo eminentemente utilitário; de outro, como forma de responder à premissa de produtividade competitiva, estão compelidos a adotar a base técnica do capitalismo, os processos materiais de produção por ele introduzidos continuamente, configurando-se com isso uma subsunção formal *inversa*, de uma *base* sobre uma *forma*, similarmente ao caso da economia camponesa. Essas coerções, naturalmente, cerceiam a lógica econômica solidária, pois a obrigam a conviver com tensionamentos e a conceder em seus princípios; se fossem adotadas sem restrição, terminariam por descaracterizar o que há de específico no solidarismo econômico.

Apresentam-se aos empreendimentos solidários três exigências, para que mantenham os seus traços distintivos. Sendo: a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à consolidação dessa última; b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca (GAIGER, 2002).

Se isto vier a ocorrer, estaremos presenciando uma experiência econômica genuinamente sob a ótica do trabalho, fundada em relações nas quais as práticas de solidariedade e reciprocidade não são meros dispositivos compensatórios, mas fatores operantes no cerne da produção da vida material e social (GAIGER, 2002).

2.3.1 Ameaças e oportunidades aos EES



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Ao estudarmos as limitações e oportunidades existentes aos integrantes dos EES, cabe, inicialmente, conhecermos quais são as principais ameaças e oportunidades apresentadas aos empreendimentos. Baseando-se em OSTERNE e PONTES, são elas:

- Ameaças:

- Desconhecimento das cadeias produtivas nas quais os empreendimentos solidários estão inseridos;
- Falta de conexão dos empreendimentos solidários em cadeia produtiva, dificultando a articulação e integração das experiências existentes;
- Desorganização na gestão do processo produtivo, envolvendo custos, produção, capital de giro, cobrança e aspectos burocráticos;
- Falta de conhecimento do mercado para definição de estratégias de produção e comercialização;
- A falta de *formação básica e capacitação técnica* dos trabalhadores;
- Dificuldades na contabilidade e geração de balanços, prejudicando a transparência nas finanças;
- Falta de um planejamento eficiente que permita alcançar melhores resultados;
- As influências hegemônicas do capitalismo que persistem em diversas práticas dos empreendimentos, dada a cultura ainda incipiente de colaboração ou cooperação;
- Cair no esquema capitalista de produção e comercialização, que desumaniza as necessidades e desejos, colocando o lucro acima do bem viver das pessoas, particularmente quando os pequenos empreendimentos crescem e passam a querer "disputar o mercado" com métodos capitalistas;
- Inexistência de legislação específica para os empreendimentos de socioeconomia solidária e as pesadas exigências legais para a viabilização de suas atividades;
- Alto volume de impostos a pagar, em patamares iguais aos exigidos das empresas capitalistas;
- Insuficiência de crédito e de financiamento para o setor micro-econômico, havendo entraves formais para acionar linhas de crédito existentes e uma legislação restritiva ao fornecimento de crédito para empreendimentos solidários informais;
- Reproduzir estruturas centralistas de delegação de poder dificultando a autogestão;
- Falta de capital inicial para organizar empreendimentos de produção, comércio e serviço;

- Oportunidades:

- Utilização do capital conjunto acumulado (político, humano, técnico, parque produtivo);
- A relação direta entre produtores e consumidores, conferindo uma face humana às relações de intercâmbio;
- O incremento da renda das mulheres através de atividades solidárias de produção, comercialização e serviço;
- O trabalho de capacitação e acompanhamento de muitos empreendimentos;
- A partilha dos saberes;
- A solidariedade combatendo o individualismo e a acumulação capitalista;



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



- A incorporação do enfoque ecológico em vários empreendimentos, aproveitando a valorização social de seus produtos (pelas suas qualidades solidárias e ecológicas) frente aos demais produtos capitalistas;
- Organizar os consumidores, criando um vigoroso mercado solidário, realizando atividades de informação e educação;
- Gerar postos de trabalho e distribuição de renda com práticas diferenciadas de comercialização;
- Promover a construção de cadeias produtivas verticais e redes horizontais solidárias, cobrindo orgânica e solidariamente as várias atividades econômicas;
- Realizar comércio entre associações e cooperativas;
- Atuar junto aos pequenos comércios locais que, compreendendo e assumindo as propostas da socioeconomia solidária, podem ser integrados às Redes;
- Existência de algumas linhas de financiamento nacionais e internacionais que podem ser acionadas em condições diferenciadas;
- Desenvolver formas de crédito como instrumento de socioeconomia solidária atendendo ao mercado informal e particularmente aos mais pobres;

2.4 Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários

A autogestão depende de um aprendizado permanente sobre questões técnicas, administrativas e comerciais específicas do ramo de atividade do empreendimento, assim, como do desenvolvimento de novas formas participativas e de tomada coletiva de decisões (Vieitez, 1997 citado por EID, 2001).

É nesse sentido, que uma incubadora universitária pode desenvolver pesquisas teóricas e empíricas sobre os EES, cuja ação política pode voltar-se para atender uma classe social desprovida dos meios de produção e pode, pelos princípios do cooperativismo popular, vir a redefinir a organização de parte dos trabalhadores excluídos. A efetivação destas iniciativas demonstra ser possível viver e produzir dentro do sistema capitalista.

A expressão incubar, em seu uso mais comum, denota o ato de acompanhar, monitorar as funções vitais e oferecer o suporte à vida. Por sua vez, o termo incubadora deriva do equipamento que proporciona essas condições ao recém-nascido. Outros usos a correlacionam ao oferecimento das facilidades vitais para o surgimento, desenvolvimento e consolidação de novas empresas, assim como de infra-estrutura física e administrativa, apoio técnico e gerencial, serviços básicos e qualificação. Esse emprego está ligado ao movimento de incubadoras de empresas e, tem por objetivo, amparar o estágio inicial de empresas recém-criadas que se enquadram em determinadas áreas de negócios.

Uma incubadora pode ter o papel fundamental, durante o período de incubação, de prestar assessoria técnica, administrativa e política de formação continuada aos trabalhadores que pretendem constituir uma cooperativa popular autêntica.

Assim, a cooperativa nasce a partir de uma demanda dos trabalhadores e a incubadora, em trabalho conjunto com essas pessoas buscam criar e motivar os valores cooperativistas. A cooperativa permanece vinculada à incubadora, pretendendo-se que, em um determinado tempo, que varia a cada caso, adquira autonomia para atuar no mercado (EID; GALLO, 2001).



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



2.4.1 Metodologia de incubação de EES e a Incubadora na UNEMAT em Tangará da Serra – MT

Infelizmente não existe fórmula pronta para realização da incubação, os métodos são apenas caminhos, sugestões que podem auxiliar na aplicação da interdisciplinaridade que perpassa toda a Economia Solidária.

“Uma incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária – associações e cooperativas populares urbanas e rurais além de empresas autogestionárias – pode constituir-se em um espaço importante onde se desenvolvam pesquisas teóricas e empíricas sobre a Economia Solidária, cuja ação política pode voltar-se para atender uma classe social desprovida dos meios de produção. O empreendimento permanece vinculado à incubadora, pretendendo-se que em um determinado tempo, que varia a cada caso, conquiste sua autonomia para atuar no mercado. Ao mesmo tempo, demandas sobre assessoria pontual surgem e podem ser atendidas pelo coletivo da incubadora.”(EID, 2004 p. 22)

Sendo assim, a incubadora estará recebendo uma série de demandas por assessoria e formação de empreendimentos. Por isso deverá fixar prioridades para atendimento dessas demandas, visando não sobrecarregar a capacidade que a incubadora possui para atender aos EES.

Quando isso não acontece observa-se uma sobrecarga de responsabilidades e competências, principalmente pela equipe técnica. Eid (2004) cita que a equipe pode correr o risco de pensar que está desenvolvendo procedimentos corretos de incubação quando, na realidade, a prática voluntarista ou assistencialista cria sérios vieses que poderão dificultar ou impedir o processo de conquista da autonomia pelo grupo social.

Ainda segundo Eid (2004), alguns critérios iniciais são fundamentais para seleção de demandas e definição de procedimentos de trabalho:

- a) A iniciativa de buscar a incubação ser do próprio grupo social beneficiário.
- b) Atender uma demanda de um grupo social, com a intermediação de uma ou mais instituições de apoio, sindicatos de trabalhadores, prefeituras e outras, através de convênio com a incubadora.
- c) O grupo social beneficiário ser constituído, prioritariamente por pessoas pobres, desempregadas há vários meses, trabalho precário, intermitente, itinerante e com dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho e quando evidencia potencial para o desenvolvimento de empreendimentos de Economia Solidária, na perspectiva da autogestão;
- d) Procedimentos iniciais que não podem ser demorados e nem burocratizados: sempre que possível, receber por escrito a proposta de assessoria ou de incubação; a demanda deve ser discutida no coletivo da incubadora e com representante (s) do grupo social interessado; uma visita do coletivo da incubadora no local de trabalho ou de moradia para primeiro contato com o grupo e aplicação de um questionário; avaliação se será aceita a demanda, em reunião e pelo coletivo da incubadora;
- e) A incubadora estabelece um processo de construção dialógica com os trabalhadores diretamente envolvidos no processo de criação e desenvolvimento de cada empreendimento solidário. Esse procedimento significa que a incubadora tem que se



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



colocar no lugar do grupo ao mesmo tempo em que se tornam compreensíveis para os trabalhadores os princípios da Economia Solidária.

Baseando-se em Vailant, Costa e Costa (2006), compete conhecermos as etapas da incubação, que são as seguintes:

- 1 **Pré-incubação:** trata-se de um conjunto de atividades desenvolvidas com o coletivo que queira se organizar. Aqui estão inseridos o primeiro contato com o grupo, o diagnóstico participativo e a formação do grupo social beneficiário, formação em cooperativismo solidário, capacitação técnica e capacitação para gestão.
- 2 **Incubação:** atividades que iram suceder a pré-incubação, abordando o processo educativo, o compromisso dos formadores, respeitando sempre os conhecimentos dos trabalhadores, formação para autogestão, legalização do empreendimento para sua inserção no mercado e, a elaboração de seu estatuto e regime interno.
- 3 **Pós-incubação:** busca de articulação e de integração com outros empreendimentos de economia solidária, formando redes de cooperação, como a REMSOL que é a Rede de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis de Mato Grosso. Na pós-incubação avalia-se ainda o grau de autonomia conquistado pelo grupo.

A Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO –, surge a partir de uma reflexão entre sindicalistas ligados à Central Única dos Trabalhadores – CUT – e grupos dentro da universidade ligados ao movimento sindical (1992). É criada formalmente em 1995 com objetivo de aproximar universidade e trabalhadores de forma a integrar aspectos teóricos e práticos ao interesse desses últimos. Atualmente, fazem parte da UNITRABALHO mais de 80 universidades de todo o Brasil, entre elas a UNEMAT.

No município de Tangará da Serra – MT foi criado um núcleo de incubação dentro da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), sendo este denominado NECOMT (Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudo da Complexidade no Mundo do Trabalho). Tendo como principal objetivo desenvolver estudos e ações tendo como perspectiva o desenvolvimento sustentável, democrático e solidário, propondo metodologias e atividades para construir relações de trabalho com base na cooperação democrática participativa, na solidariedade e na sustentabilidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Os empreendimentos

A Rede de Produção e Consumo Solidário se estrutura através de uma parceria do NECOMT – Núcleo de Estudos da Complexidade no Mundo do



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Trabalho/UNEMAT, com o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, representado pela ARCA³ – Associação Regional de Cooperação Agrícola.

O desenvolvimento do processo de incubação da Rede de Produção e Consumo Solidário contou com o apoio dos acadêmicos da Unemat: Jean A. da Silva, Keila R. Batista e José Sóstenes de Souza Gomes. Possui atualmente 9 produtores, que fornecem em média 34 produtos.

O controle e capacidade de produção já estão adiantados, principalmente na horta, mas se tem problemas com o recolhimento do produto e com o repasse dos pagamentos as famílias. Não esquecendo que o transporte é precário, pois, inicialmente era feito por veículo próprio de um dos acadêmicos e ainda não tinha capacidade para atender toda a demanda de consumidores da Rede. No mês de agosto de 2006 este acadêmico deixou de participar do EES, o que fez com que os produtores tivessem de alugar um carro a cada entrega.

Quanto ao número de consumidores, vinte no início, hoje são vinte e cinco. Identificamos que várias pessoas estão interessadas em se tornarem clientes da rede, mas infelizmente, com as dificuldades de transporte a rede não consegue atender a toda a demanda por cestas.

Outro problema identificado é que não ocorre o reinvestimento dos lucros na Rede de Produção e Consumo, pois os mesmos são repassados diretamente a cada consumidor depois de descontado o custo, preestabelecido, do frete. Recentemente o grupo teve a iniciativa de aumentar a taxa descontada dos produtores, entretanto com a necessidade de se pagar o frete para a entrega dos produtos, essa iniciativa acabou não colaborando aos investimentos para crescimento da rede.

No que tange ao projeto da Farinheira, cabe citar que o contato também foi iniciado com as lideranças do MST da Agrovila Serra dos Palmares, buscando identificar os produtores de mandioca na comunidade, ou que estivessem interessados em plantar esta cultura e fazer parte do novo empreendimento.

Acompanhado de uma liderança da comunidade, o acadêmico Marcio Araújo de Carvalho visitou os produtores rurais identificados, para saber das principais dificuldades dos mesmos com relação aos aspectos de produção e comercialização. E também os convidando para participar das reuniões.

As reuniões são realizadas quinzenalmente com a presença de todos os agricultores envolvidos e do pesquisador acima citado. Com o propósito de discutir os conhecimentos relativos à cadeia produtiva da mandioca, às tecnologias de produção, passando pela industrialização e gestão até a comercialização dos produtos derivados da mandioca.

A Farinheira da Comunidade Serra dos Palmares é representada pela Cooperativa Mista de Produção, Serviço e Comércio do Alto da Serra (COMPROSC), que teve sua nova diretoria eleita em junho do ano de 2006. A cooperativa possuía algumas dívidas de períodos anteriores, que estão sendo saldadas através da produção

³ A ARCA (Associação Regional de Cooperação Agrícola) foi fundada em 13 de março de 2003, tendo a função de representar juridicamente o MST na região do médio norte matogrossense. A ARCA representa os grupos de trabalhadores filados em seus projetos, como é o caso da Rede de produção e consumo solidário.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



de farinha de mandioca pelos trabalhadores do EES. Depois de quitadas as dívidas da cooperativa os produtores pretendem conseguir financiamentos para a efetivação do projeto de agroindústria da Farinheira.

3.2 Limitações e oportunidades apontadas pelos integrantes

A observação participante e a coleta de dados foram realizadas através da convivência com 13 famílias do Assentamento Antônio Conselheiro, do município de Tangará da Serra – MT, das quais 5 faziam parte da Farinheira e 9 da Rede de Produção e Consumo Solidário. Com o término da apuração dos dados obtivemos os seguintes resultados:

A maioria dos entrevistados (85%) está envolvida no EES a um ano ou mais. Sendo a participação na Rede de Produção e Consumo motivada por convites vindos, ou de professores da UNEMAT, ou do acadêmico José Sóstenes e do técnico do MST, José Simões. Já a participação na Farinheira iniciou-se através da participação em reuniões da Comunidade Serra dos Palmares, por eles já trabalharem com o cultivo da mandioca e algumas famílias produzirem a farinha de mandioca.

Os trabalhadores, quando questionados sobre a participação no empreendimento, parte deles (31%) afirmaram vê-lo como uma alternativa de trabalho e renda para o trabalhador do campo. Outros (31%) foram atraídos pela proposta de trabalho coletivo, por acreditarem na iniciativa em grupo e considerarem mais fácil a busca de financiamentos através de uma cooperativa. O restante (38%) simplesmente já tinha o produto em sua propriedade e viu na “cesta”⁴ uma oportunidade para a venda de seu produto, porque teria um consumidor certo e como fazer a entrega de seus produtos na cidade.

No que se refere diretamente aos objetivos desta pesquisa, foram constados nos EES solidários as seguintes limitações e oportunidades percebidas pelos seus integrantes:

Oportunidades:

- Para boa parte dos entrevistados (70%) o empreendimento gerou mais trabalho e renda a família;
- Os trabalhadores (85%) afirmam que o EES os auxiliou na conquista de mercado facilitando a comercialização de seus produtos. Pois anteriormente os trabalhadores escoavam a produção principalmente pela Feira do produtor de Tangará da Serra – MT;
- Verificou-se que a maioria dos integrantes (62%) passou a produzir mais com os EES;
- A incubação trouxe conhecimento ao grupo (62%), aproximando a prática com os conhecimentos teóricos da incubadora. Trazendo assim maior qualificação profissional às famílias participantes.
- Os entrevistados afirmaram que o trabalho em grupo ajuda a superar as dificuldades impostas aos trabalhadores do campo.

Limitações:

⁴ Forma como os trabalhadores participantes se referem a Rede de Produção e Consumo.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



- Apesar de o Empreendimento Econômico Solidário gerar mais trabalho e renda para a maioria das famílias (70%), essa renda ainda não é suficiente para suprir as necessidades básicas de nenhum dos trabalhadores entrevistados,
- Verificou-se que muitos dos entrevistados (38%) estão envolvidos em outras atividades, o que faz com que não tenham muito tempo para se dedicar ao empreendimento solidário.
- Quando perguntamos sobre a organização do empreendimento, os trabalhadores (70%) responderam que a Rede de Produção e Consumo encontra-se desorganizada, com problemas de comunicação e, que falta interesse e comprometimento aos integrantes do grupo. O contrário foi verificado na Farinheira, pois os trabalhadores deste empreendimento afirmam ter controle contábil, e as tarefas divididas entre cada um dos integrantes do grupo, o que faz com que não tenham problemas com organização e nem com comunicação;
- Foi constatado que os trabalhadores têm dificuldades na produção, como: falta de incentivo e investimentos externos, capacidade de produção não adequada à demanda, falta de mão de obra, escassez de matéria prima, e pragas como as formigas que atacam a produção de mandioca.
- Onde perguntamos qual seria a principal dificuldade enfrentada por um integrante de EES, os mesmos (54%) responderam ser a falta de transporte para a entrega dos produtos. Alguns (31%) também citaram que o valor descontado dos produtos para contribuir com a rede, acaba fazendo diferença na renda da família. E outros (8%) reclamaram que a terra é muito fraca, o que atrapalha ainda mais a produção.
- A indisponibilidade de linhas de crédito para Empreendimentos Econômicos Solidários foi uma limitação apontada pelos trabalhadores da Farinheira (23%). Sendo que PONTES e OSTERNE (2004) também trazem como uma ameaça ao EES à insuficiência de crédito e de financiamento para o setor, havendo entraves formais para acionar linhas de crédito existentes e uma legislação restritiva ao fornecimento de crédito para empreendimentos solidários informais.
- Os trabalhadores da Rede (46%) apontaram para a existência da falta de união e de interesse coletivo no grupo desde o início do processo de incubação. Pois muitos (38%) não fizeram parte realmente do desenvolvimento do empreendimento, sendo somente convidados a fornecerem seus produtos para a “cesta”.
- Alguns entrevistados (38%) apontaram o individualismo como grande limitação para os integrantes da Rede de Produção e Consumo, segundo eles existem pessoas descompromissadas que só pensam nelas mesmas, outras querem se destacar no grupo, e também outras que ficam sobrecarregadas com todo o trabalho de organização da rede. O que demonstra a inexistência da autogestão e da cooperação, pontos básicos da Economia Solidária. Pois não existe autogestão sem o engajamento efetivo de todo o coletivo, todos precisam estar envolvidos, compartilhando as tarefas e a tomada de decisões.

E por último, questionamos sobre a opinião dos agricultores com relação à satisfação com o EES do qual faz parte. Alguns integrantes da Rede (38%) se mostraram desmotivados, muitos têm consciência de que o processo de incubação é demorado, mas consideram difícil para o integrante passar por este processo, porque



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



precisam de alguma renda e não só de trabalho. O grupo tem também receio de que os acadêmicos da UNEMAT abandonem a “cesta” e que devido a isso, o empreendimento termine.

O restante dos entrevistados (62%) consideram-se satisfeitos com o andamento dos empreendimentos. Pensam ter melhorado bastante desde o início, e que se conseguirem solucionar os problemas (principalmente o do transporte e de crédito) os EES tem tudo para dar certo e melhorar ainda mais as condições de cada um dos integrantes, tanto da Farinheira quanto da Rede.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos desta pesquisa era verificar a reação dos agricultores ao processo de incubação. Com o término deste estudo pudemos perceber como as diferenças neste processo geraram diferentes resultados nos empreendimentos. Tanto a farinha quanto a rede de produção e consumo encontram-se ainda na etapa de pré-incubação, pois ainda não foram realizadas oficinas de capacitação, elaboração de estatutos e regimentos e a busca de articulação com outros EES.

Cabe citar também que esta pré-incubação ocorreu de forma diferente nos empreendimentos estudados, a farinha nasceu de uma iniciativa dos agricultores, já a rede foi influência de uma demanda externa que foi apresentada às famílias do assentamento. Portanto, a incubação da rede de produção e consumo fugiu de um dos princípios para seleção da demanda da incubadora, o qual diz que a iniciativa de buscar a incubação deve partir do grupo social beneficiado.

É possível que essa inversão de papéis seja a causa da desmotivação de alguns (38%) agricultores familiares integrantes da rede, onde parte deles (38%) foi somente convidada a fornecer produtos, e não estiveram envolvidos no processo de criação do EES.

Ainda no que se refere ao processo de incubação, o mesmo vem ocorrendo a passos lentos, com grandes deficiências na questão de capacitação dos incubados. Apesar da maioria dos integrantes (62%) afirmarem apreender com o EES, os entrevistados esperavam mais e disseram ter participado de poucas oficinas.

É fundamental que se confirme que os objetivos da pesquisa puderam ser alcançados, pois foram identificadas as limitações e oportunidades existentes para os agricultores familiares integrantes de EES no Assentamento Antônio Conselheiro de Tangará da Serra – MT. Dessa forma pôde contribuir para que os métodos e técnicas de incubação venham se adequar à realidade dos EES, corrigindo as falhas e levando aos trabalhadores o apoio que esperam da universidade.

Entende-se que a incubação é fundamental para a inserção dos EES em nossa sociedade, mas somente através de uma metodologia eficiente e adequada a cada empreendimento será possível levá-los à autonomia.

5 BIBLIOGRAFIA



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



BOTH, S. J; SIQUEIRA, C. J. S. **Metodologia Científica: faça fácil a sua pesquisa.** Tangará da Serra, MT: São Francisco, 2004. p. 65-87.

BRASIL. **Decreto Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília, nov.1964.

CARVALHO, M.A; MATTOS, J. L. S. **A agroindustrialização como alternativa de geração de renda aos agricultores familiares da Comunidade Serra dos Palmares.** In: III ENCONTRO MATOGROSSENSE DE EDUCAÇÃO E SOCIOECONÔMIA SOLIDÁRIA, UNEMAT, 3, Tangará da Serra, 2005. **Resumos.** Tangará da Serra: UNEMAT, 2005. p.4.

EID, F.; GALLO, A.R.; PIMENTEL, A.E.B. Desemprego, exclusão e desafios para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil. *Revista da ABET*, vol.1,n.1,2001. p.66-93.

EID, Farid. **Metodologia de incubação de empreendimentos de Economia Solidária.** IN: ZART, Laudemir Luiz. **Educação e Socioeconomia Solidária: Paradigma de conhecimento e de sociedade,** p.275-289. Cáceres: UNEMAT,2004.

EID, F. **Sobre concepção de incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária da UNITRABALHO e sobre metodologia de incubação.** Texto apresentado na Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária da REDE UNITRABALHO, São Paulo, dezembro de 2002.

GAIGER, Luiz Inácio. **A Solidariedade como alternativa econômica para os pobres. Contexto e Educação,** n. 50, p.47-71, 1998.

GAIGER, L.I.G. Significados e tendências da economia solidária. In: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (Org.). **Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT.** São Paulo: Kingraf, dez.1999, p. 51-60.

GAIGER, Luiz (2002), **A economia solidária diante do modo de produção capitalista..** Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>> . Acessado em: 08 de maio de 2006.

INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil redescoberto.** Convênio de Cooperação Técnica INCRA/FAO (GUANZIROLLI, C.E.; CARDIN, S.E.C.S. Coords.). Brasília/DF, fev.2000.74p.

HAGUETTE, Teresa M. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 60-110.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



LAFORGA, G. **Dinâmica do Comércio Justo, Associativismo e Agricultura Familiar na Citricultura Brasileira.** São Carlos: UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Tese de Doutorado, 2005, 348p.

LAKATOS, C. E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MANCE, E.A. Redes de Economia Solidária. In: Fundação Luís Eduardo Magalhães. **Economia Solidária: desafios para um novo tempo.** Salvador: FLEM, 2003b. p.71-82. (Cadernos FLEM, 5).

MOURA, Maria Suzana; MEIRA, Ludmila. **Desafios da gestão de empreendimentos solidários.** Junho, 2002. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/ICIEPA/UNPAN005467.pdf>
Acessado em: 09 de maio de 2006.

PONTES, O. S.J. OSTERNE, J. W. **Plano de negocio para Empreendimentos Econômicos Solidários de Autogestão – EES.** Fortaleza – CE: UFC, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3º ed. ver. e amp. São Paulo: Atlas, 1999.

SINGER, P. Possibilidades da economia solidária no Brasil. In: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (Org.). **Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT.** São Paulo: Kingraf, 1999, p. 51-60.

VAILANT, C; COSTA, D. L.; COSTA, R. O. **A incubação de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis, e, a educação e Socioeconômica Solidária na incubadora da UNEMAT.** IN: ZART, Laudemir Luiz. **Educação e Socioeconômica Solidária: Interação Universidade - Movimentos Sociais.** Série Sociedade Solidária. Vol.II. p.140 - 145. Cáceres: UNEMAT, 2004.

ZART, Laudemir Luiz. **Educação e Sócio-economia Solidária – Paradigmas de Conhecimento e de Sociedade.** Série Sociedade Solidária. AnoI, Vol.I. Cáceres: UNEMAT Ed.2004.

ZART, Laudemir Luiz. **Educação e Sócio-economia Solidária – Interação Universidade - Movimentos Sociais.** Série Sociedade Solidária. Vol.II. Cáceres: UNEMAT Ed.2004.